



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2024.
(Da Sra. Sâmia Bomfim)

Solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Sr. Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, informações relativas à relação deste Ministério e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o Projeto “Novas Escolas” do governo do estado de São Paulo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Sr. Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, no que diz respeito a parcerias entre o Ministério, o BNDES e o Projeto “Novas Escolas” do governo do estado de São Paulo:

- 1) Qual é a natureza da relação, função e ingerência do MDIC e/ou do BNDES no contexto do Projeto “Novas Escolas” do governo do estado de São Paulo?
- 2) Havendo relação, função e ingerência do MDIC e/ou do BNDES no contexto do Projeto “Novas Escolas” do governo do estado de São Paulo, este Ministério pretende ignorar o debate posto acerca do descumprimento das diretrizes constitucionais do serviço público da educação em projetos?
- 3) Havendo qualquer tipo de relação de ordem financeira, ou seja, incentivos financeiros por parte do BNDES que financie ou venha a financiar?

Câmara dos Deputados – Gabinete 642, Anexo IV - CEP 70160-900 – Brasília – DF. Tel: 61-3215-5642.

E-mail: dep.samiabomfim@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249600900400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim

Apresentação: 04/11/2024 15:52:31.963 - Mesa

RIC n.4079/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

4) Havendo incentivos financeiros por parte do BNDES no contexto do Projeto “Novas Escolas” do governo do estado de São Paulo, este Ministério pretende ignorar o debate posto acerca do descumprimento das diretrizes constitucionais do serviço público da educação em projetos que financie ou venha a financiar?

5) É de conhecimento público que o BNDES fez parte de um grupo de consultores responsável pela modelagem do projeto em comento. Assim sendo, qual foi o montante do recurso financeiro despendido para conclusão dos estudos e modelagem do projeto envolvendo o apoio técnico e operacional no processo?

6) Ainda que o BNDES tenha sua própria autonomia, este Ministério tomou ciência da elaboração dos estudos dos projetos pretendidos e desenhados pelo BNDES no programa Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP)?

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e que tem o Governo Federal como único acionista¹, encaminha-se o presente Requerimento de Informação com a finalidade de compreender qual é a relação do BNDES com Projeto “Novas Escolas”² do governo do estado de São Paulo e os seus objetivos.

Recentemente, ocorreu no estado de São Paulo o leilão do primeiro lote de escolas estaduais a fazerem parte da parceria público-privada nomeada “PPP Novas Escolas”. Sabe-se que tal parceria, por sua vez, faz parte de um projeto ainda maior de privatização de uma série de serviços públicos da gestão do Governador Tarcísio de Freitas, denominado de Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP).

O programa que prevê a construção e a controversa “gestão administrativa” de 33 escolas estaduais no estado de São Paulo foi objeto de Ação Civil Pública e teve liminar favorável para suspender os efeitos do leilão realizado no dia 29/10/2024 e a realização do leilão do segundo lote programado para 04/11/2024³.

¹ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/>

² <https://www.parcerias.sp.gov.br/Parcerias/Projetos/Detalhes/153>

³ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/10/justica-de-sao-paulo-suspende-terceirizacao-das-escolas-do-governo-tarcisio.shtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

Infelizmente, a decisão liminar foi derrubada no dia de ontem⁴ tornando iminente uma das maiores perdas para educação pública do estado de São Paulo.

Vale mencionar que, ainda que derrubada, a decisão liminar proferida elucidou o que está em questão na privatização da gestão administrativa da educação pública: ***“A licitação e a pretensão de concessão a particular da gestão de escolas públicas compromete o serviço público de educação porque pressupõe equivocadamente ser possível dissociar o espaço físico da atividade pedagógica”***. Não restam dúvidas de que esse debate não pode ser omitido diante da intenção declarada de privatizar o serviço.

Nesse contexto de enorme preocupação com o futuro das escolas públicas estaduais paulistas e na proteção do princípio constitucional da gestão democrática da educação, tem-se a informação de que o BNDES foi responsável pela estruturação do modelo da parceria público privada a ser aplicado⁵. Além disso, o BNDES é responsável pelo financiamento da construção de escolas em projetos semelhantes em Recife (PE), Caxias do Sul (RS) e Rio de Janeiro (RJ).

Diante do exposto, dada a preocupação descrita e o elevado interesse público no acesso a estas informações, solicito a aprovação e o encaminhamento deste Requerimento, com a urgência que se faz necessária.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 2024.

Deputada SÂMIA BOMFIM
PSOL/SP

⁴ <https://www.metropoles.com/sao-paulo/presidente-do-tjsp-derruba-liminar-que-suspendia-leilao-de-escolas>

⁵ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/em-parceria-com-o-bndes-leilao-para-gestao-privada-em-escolas-estaduais-de-sp-deve-ocorrer-em-novembro/>

